

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2014.

- O MetrôRio transportou 60,4 milhões de passageiros no 3T14, um crescimento de 20,2% em relação ao 3T13. As mudanças viárias na cidade do Rio de Janeiro, ocorridas no 1T14, continuam sendo a principal causa do crescimento na demanda de passageiros. Outros motivos que explicam este crescimento no 3T14 foram: a) no 3T13, a Estação Ipanema/General Osório estava fechada para obras da Linha 4; b) a estação Uruguai ainda não havia sido inaugurada no 3T13, o que só ocorreu em 15 de março de 2014; e c) o aumento do fluxo de turistas na cidade durante a Copa do Mundo teve impacto positivo na demanda do mês de julho.
- O crescimento da receita tarifária foi de R\$ 48,8 milhões ou 34,7% no 3T14 em relação ao 3T13. Soma-se aos motivos já mencionados acima, o reajuste sobre a tarifa de integração, conforme Lei Estadual nº 6700 – que institui a nova estrutura tarifária para os serviços públicos de transportes ferroviário e metroviário de passageiros do estado do Rio de Janeiro, com os trens da Concessionária Supervia, realizado em maio de 2014, o valor foi reajustado de R\$ 2,69 para R\$ 3,50, ou incremento de 30,1%. As receitas não tarifárias aumentaram R\$ 0,9 milhão, ou 14,4%, em relação ao mesmo período do ano anterior, com incrementos de publicidade e Wi-Fi.
- Os Custos e Despesas apresentaram um crescimento de R\$ 15,2 milhões, ou 13,0%, no 3T14 em relação ao 3T13. Esta variação deve-se principalmente ao aumento dos custos com conservação e manutenção devido à oferta para maior demanda de passageiros, e às ações de comunicação e marketing para fortalecimento da marca e ações no evento Copa do Mundo.
- O Lucro Líquido no 3T14 foi de R\$ 27,6 milhões, apresentando um crescimento de 236,4%, ou R\$ 19,4 milhões em relação a 3T13, principalmente devido ao crescimento do resultado operacional.



METRÔRIO

UMA EMPRESA
invepar
MOBILIDADE
URBANA

RESULTADOS 3T14

METRÔRIO

DESTAQUES OPERACIONAIS EM GRANDES EVENTOS

JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE

- No 3T13 - entre os dias 23 e 28 de julho de 2013, foi realizado na cidade do Rio de Janeiro, um evento religioso mundial - JMJ (Jornada Mundial da Juventude). Para o MetrôRio, este é considerado o maior evento de sua história.
- Foram mais de 3 milhões de passageiros transportados. A operação foi ininterrupta durante 127 horas, ou mais de 5 dias de atividades, tudo isso para fornecer o melhor atendimento aos peregrinos que visitaram a cidade. Foram dadas 4.250 partidas, com um total de 45 composições de trens e, em algumas estações, tais como Cardeal Arco Verde e Siqueira Campos, registraram-se 7 passageiros/segundo.
- A operação contou com um total de 400 voluntários nas estações, 372 funcionários em turnos de 12 horas e 53 condutores de trens em turnos de 6 horas.

COPA DO MUNDO

- No 3T14, O MetrôRio transportou 686 mil pessoas nos dias de jogos da Copa do Mundo da FIFA no Maracanã, o que representa algo em torno de 70% do público que participou da festa dentro e fora do estádio.
- De acordo com a RIOTUR, empresa de turismo do município do Rio de Janeiro, a cidade recebeu 886 mil turistas, que movimentaram R\$ 4,4 bilhões na economia durante a Copa do Mundo. Na Fifa Fan Fest, arena montada na praia de Copacabana, participaram mais de 814 mil pessoas, que assistiam aos jogos e shows de artistas locais. O MetrôRio transportou em torno de 78% deste público.
- Foram realizados diversos gastos com sinalização das estações durante a Copa, incluindo painéis e adesivos com as bandeiras de vários países, além da sonorização das estações, com a narração esportiva de um tradicional radialista carioca. Ressalta-se a participação de 130 voluntários que estiveram à disposição nas estações de maior movimento - incluindo o entorno do Maracanã - para eventuais dúvidas a respeito dos trajetos e acessos em direção ao estádio.

Destaca-se o excelente desempenho operacional do MetrôRio, que durante a Copa do Mundo, recebeu o reconhecimento de autoridades e da imprensa, onde em enquete realizada por emissora de televisão nacional com turistas sobre os quesitos: belezas naturais, hospitalidade, metrô, táxi, ônibus, informações turísticas, serviços, aeroportos e limpeza, o MetrôRio ficou em segundo lugar como item melhor avaliado da cidade, juntamente com o item hospitalidade, atrás apenas das belezas naturais.



METRÔRIO

UMA EMPRESA
invepar
MOBILIDADE
URBANA

RESULTADOS 3T14

METRÔRIO

DESEMPENHO OPERACIONAL

Na tabela abaixo, encontram-se os principais indicadores operacionais do MetrôRio:

Demanda

MM	3T14	3T13	▲	9M14	9M13	▲
MetrôRio – PAX Transportados	60,4	50,2	20,2%	169,2	142,8	18,5%
MetrôRio – PAX Pagantes	54,6	45,2	20,7%	153,6	128,5	19,5%

Oferta

MM	3T14	3T13	▲	9M14	9M13	▲
Carro x Km ¹	9.785,2	8.569,1	14,2%	28.174,7	25.404,4	10,9%

¹ carro x km: quantidade de partidas, de uma estação inicial, multiplicado pela distância até a final da linha x o número de carros da composição, em uma única direção. Da estação Pavuna até Botafogo, temos 32 km, e em um determinado dia, com 200 partidas, com 6 carros em cada composição, como resultado teríamos um de 38400 carrosxkm (somente de ida).

No 3T14, o número de passageiros pagantes cresceu 20,7% em relação ao 3T13, passando de 45,2 para 54,6 milhões, principalmente devido às intervenções viárias, que dificultaram a circulação e o estacionamento de veículos particulares no centro da cidade.

No 3T14 em comparação com o 3T13, o sistema operou com mais duas Estações: Ipanema/General Osório, fechada em 2013 para obras da Linha 4, e Uruguai, inaugurada em março de 2014.

A Copa do Mundo trouxe incremento de demanda com fluxo adicional de turistas na cidade durante o mês de julho de 2014, foram 2 jogos de seleções de outros países realizados no Maracanã nos dias 4 e 13 de julho e 3 jogos do Brasil realizados nos dias 4, 8 e 12 de julho em outras cidades do país. Em se tratando de dias da semana, estes foram considerados feriados integrais ou parciais. Mesmo o mês de Julho sendo historicamente um mês de demanda baixa em função da sazonalidade do sistema (férias escolares), ocorreu aumento devido a estes fatores, o que levou o MetrôRio a adicionar mais composições ao sistema, operando com um novo horário de pico, entre 5h30 e 10h30, na parte da manhã, e entre 15h e 20h, além dos horários diferenciados de abertura e fechamento das estações - abertura às 5h e fechamento às 0h, mesmo com decreto de feriado.

No 1T14, com o objetivo de atender o crescimento na demanda dos usuários, o MetrôRio realizou mudanças em sua operação, injetando trens no horário de pico da manhã no trecho entre as estações Engenho da Rainha e Estácio. Essa mudança possibilitou um aumento de oferta de 14 mil lugares na Linha 2 no horário de pico, sem alteração no intervalo entre trens.

No 3T14 esta operação foi alterada: o trecho de atendimento passou a ser iniciado na estação Pavuna terminando na Estácio, a oferta foi alterada para cerca de 11 mil lugares. Logo, no mesmo trimestre, o indicador de Carro x Km apresentou crescimento de 14,2% contra o mesmo período do ano anterior, motivado principalmente por essa operação especial de aumento de oferta de lugares.



METRÔRIO

UMA EMPRESA
invepar
MOBILIDADE URBANA

RESULTADOS 3T14

METRÔRIO

RECEITA

Resultado Consolidado - (R\$ mil)	3T14	3T13	▲	9M14	9M13	▲
Receita Bruta	196,6	146,9	33,8%	528,4	436,0	21,2%
Receitas Tarifárias	189,3	140,5	34,7%	506,1	409,5	23,6%
Receitas Não Tarifárias	7,3	6,4	14,4%	22,4	19,0	17,9%
Receita de Construção (IFRS) ¹			0,0%		7,5	-100,0%
Receita Bruta Ajustada	196,6	146,9	33,8%	528,4	428,5	23,3%
Deduções da Receita Bruta	(5,4)	(4,2)	30,2%	(14,8)	(20,2)	-26,9%
Receita Líquida Ajustada	191,2	142,7	33,9%	513,6	408,3	25,8%

¹Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

A Receita Líquida Ajustada foi de R\$ 191,2 milhões no 3T14, um crescimento de R\$ 48,4 milhões, ou 33,9% em relação ao 3T13, principalmente devido a:

- **Receita Tarifária:** Representou 96,3% da receita bruta ajustada, com um crescimento de R\$ 48,8 milhões, ou 34,7% em relação ao 3T13, em decorrência, do crescimento no número de passageiros pagantes e do reajuste da tarifa.
- **Receita não tarifária:** Representou 3,7% da receita bruta ajustada, um crescimento no 3T14 de 14,4% em relação ao 3T13. O aumento ocorreu principalmente nas linhas de receita de locação, quiosques, cabeamento ótico, WI-FI nas estações, máquinas de autoatendimento, além do aluguel de espaço publicitário.

CUSTOS & DESPESAS

R\$ MM	3T14	3T13	▲	9M14	9M13	▲
Custos & Despesas Operacionais	(131,8)	(116,7)	13,0%	(375,6)	(341,8)	9,9%
Pessoal	(46,2)	(46,0)	0,5%	(131,6)	(127,3)	3,3%
Conservação & Manutenção	(13,4)	(10,6)	26,2%	(37,8)	(30,7)	22,9%
Operacionais	(23,3)	(22,3)	4,3%	(66,9)	(68,5)	-2,3%
Despesas Administrativas	(19,0)	(13,3)	42,7%	(55,3)	(35,7)	54,9%
Custo de Construção (IFRS)				-	(7,0)	-100,0%
Depreciação & Amortização	(29,9)	(24,4)	22,5%	(84,1)	(72,5)	15,9%
Custos & Despesas Operacionais Ajustada¹	(131,8)	(116,7)	13,0%	(375,6)	(334,8)	12,2%

¹Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao Custo de Construção.

Os custos e despesas operacionais ajustados apresentaram um aumento de R\$ 15,2 milhões, ou 13,0% no 3T14 em relação ao 3T13, devido a:

- **Pessoal:** Aumento de R\$ 0,2 milhões no 3T14 em comparação ao 3T13, devido ao crescimento da demanda de passageiros, e à operação especial para atender às necessidades durante a Copa do Mundo, o que exigiu a realização de horas extras por parte dos colaboradores. Em contrapartida, o MetrôRio vem se beneficiando com a desoneração do INSS sobre a folha de pagamento, conforme Medida Provisória 540, de 02 de agosto de 2011, convertida em Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que altera a base de incidência da contribuição patronal ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para



METRÔRIO

UMA EMPRESA
invepar
MOBILIDADE URBANA

RESULTADOS 3T14

METRÔRIO

determinados segmentos do transporte. A contribuição patronal anterior era realizada através do pagamento de uma alíquota de 20% sobre a folha de pagamentos dos funcionários. Já o atual modelo prevê a incidência de 2% sobre a receita bruta (descontadas as receitas de exportação).

- **Conservação e Manutenção:** Aumento de R\$ 2,8 milhões no 3T14 ante o 3T13, principalmente nas rubricas de manutenção de equipamentos – devido à maior oferta e, serviços de limpeza – maior demanda, visando a melhoria na qualidade do serviço prestado aos passageiros.

- **Operacionais:** Aumento de R\$ 1,0 milhão no 3T14, ou 4,3%, frente ao período de 3T13, principalmente devido aos gastos com aluguéis de quiosques da RioCard, para cadastramento de usuários de Bilhete Único, após a implementação da Tarifa Social. O custo de energia elétrica, que está diretamente associado ao aumento da oferta, apresentou um incremento de apenas 1,08% em relação ao 3T13, mesmo considerando a operação especial para aumento de oferta de lugares, uma vez que a tarifa de distribuição energia elétrica foi reduzida no final de 2013. Portanto, esta conta apresenta uma economia no 3T14 ante o 3T13.

- **Despesas Administrativas:** Aumento de R\$ 5,7 milhões no 3T14, principalmente de gastos ligados a Copa do Mundo - sinalização das estações, incluindo painéis e adesivos com as bandeiras de vários países, sonorização, narração esportiva de um tradicional radialista carioca e ações de divulgação da marca. Somado a isso, houve um volume maior de projetos de consultoria.

- **Depreciação e Amortização:** Aumento de R\$ 5,5 milhões no 3T14 em comparação ao 3T13, ou 22,5%, devido à finalização de projetos que aumentaram a base dos ativos, dos quais destacam-se a remodelagem e melhoria das estações e o projeto de comunicação trem-terra.

EBITDA AJUSTADO

O EBITDA ajustado totalizou R\$ 89,3 milhões no 3T14, ou seja, 76,8% maior em relação ao apresentado no 3T13.

R\$ MM	3T14	3T13	▲	9M14	9M13	▲
EBIT	59,3	26,1	127,6%	138,0	73,5	87,8%
(+) Depreciação & Amortização	29,9	24,4	22,5%	84,1	72,5	15,9%
EBITDA ¹	89,3	50,5	76,8%	222,1	146,0	52,1%
Ajustes	-	-	-100,0%	-	(0,5)	-100,0%
(-) Receita de Construção (IFRS) ¹	-	-	-100,0%	-	(7,5)	-100,0%
(+) Custo de Construção (IFRS) ¹	-	-	-100,0%	-	7,0	-100,0%
EBITDA Ajustado ²	89,3	50,5	76,8%	222,1	146,0	52,1%
Receita Líquida Ajustada	191,2	142,7	33,9%	513,6	408,3	25,8%
Margem EBITDA (%) Ajustada	46,7%	35,4%	11,3 p.p.	43,2%	35,8%	7,5 p.p.

¹Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção.

²Instrução CVM Nº527/12.



METRÔRIO

UMA EMPRESA
invepar
MOBILIDADE
URBANA

RESULTADOS 3T14

METRÔRIO

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ MM	3T14	3T13	▲	9M14	9M13	▲
Resultado Financeiro	(16,7)	(13,8)	21,2%	(62,7)	(46,2)	35,8%
Receitas Financeiras	16,0	27,4	-41,6%	29,6	59,4	-50,2%
Despesas Financeiras	(32,7)	(41,2)	-20,6%	(92,3)	(105,7)	-12,6%

No 3T14, o resultado financeiro da Companhia apresentou um aumento de 21,2% em relação ao 3T13, uma variação de aproximadamente R\$ 2,9 milhões. Esta variação ocorreu, principalmente, devido à:

- **Receitas Financeiras:** redução de 41,6% ou R\$ 11,4 milhões no 3T14 se comparado ao 3T13, deve-se à amortização dos valores a serem pagos aos fornecedores dos novos trens e ao respectivo saldo menor em moeda estrangeira do fundo FIC (fundo de financiamento dos novos trens).
- **Despesas Financeiras:** A redução de (-) R\$ 8,5 milhões, ou 20,6% no período de 3T14 se comparado ao mesmo período de 2013, é justificada por: i) aumento da atualização monetária sobre processos cíveis e trabalhistas relacionados ao Anexo V do Contrato de Concessão; e ii) apropriação dos juros e despesas financeiras sobre as debêntures. Em contrapartida, houve redução nas linhas de i) recuperação de perdas com instrumento derivativo (swap), pois na variação entre períodos (2T14 e 3T14) ocorreu a valorização do dólar frente ao real e ii) menor impacto cambial sobre o contrato de compra dos trens, pois a maior parte do saldo foi amortizada (menor valor a pagar para o fornecedor).

ENDIVIDAMENTO

R\$ MM	9M14	9M13	▲
Dívida Bruta	1.170,7	1.129,3	3,7%
Curto Prazo	150,1	347,7	-56,8%
Longo Prazo	1.020,7	781,6	30,6%
Disponibilidades	220,5	201,6	9,4%
Caixa e equivalentes de caixa	142,2	91,7	55,0%
Aplicações Financeiras	78,3	109,9	-28,7%
Dívida Líquida	950,2	927,7	2,4%

A dívida bruta da Companhia encerrou os 9M14 com um saldo de R\$ 1.170,7 milhões. O aumento de R\$ 40,7 milhões, ou 3,7% ocorreu principalmente devido à captação de Notas Promissórias no montante de R\$ 55 milhões.



METRÔRIO

UMA EMPRESA
invepar
MOBILIDADE URBANA

RESULTADOS 3T14

METRÔRIO

Adicionalmente, houve um alongamento da dívida (atualmente, 87,2% da dívida é de longo prazo ante 69,2% no 3T13) causado pela rolagem de financiamentos, no montante de R\$ 295 milhões (amortização das Debêntures e Notas promissórias).

CAPEX

R\$ MM	9M14	9M13	▲
Adição ao Imobilizado	22,6	84,1	-73,1%
Adição ao Intangível (Software & Outros)	2,0	0,5	296,2%
Direito de Concessão (Investimento)	52,9	129,1	-59,0%
(-) Capitalização de Result. Financeiro Intangível	10,4	-	100,0%
(-) Transações não Caixa	(8,8)	-	100,0%
(-) Margem de Construção	-	(0,5)	-100,0%
Total Investido	79,1	213,2	-62,9%

Os Investimentos somam R\$ 79,1 milhões nos 9M14. As adições na linha de direito de Concessão referem-se aos investimentos na construção da Estação Uruguai e estacionamento de trens na Central, na implantação do sistema de supervisão de falhas e piloto automático, além da manutenção recorrente dos trens e infraestrutura. A redução na linha de investimentos nos 9M14, é explicada pelo fato de grande parte dos projetos previstos no 6º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão já terem sido realizados.

O MetrôRio realizou transações não caixa no período referentes à aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores e partes relacionadas). Estas transações foram excluídas do fluxo de caixa da Companhia.



METRÔRIO

UMA EMPRESA
invepar
MOBILIDADE
URBANA

RESULTADOS 3T14

METRÔRIO

GLOSSÁRIO

Carro x km: indicador de oferta do sistema metroviário, que consiste na quantidade de partidas, de uma estação inicial, multiplicado pela distância até o final da linha vezes o número de carros da composição, em uma única direção.

Bilhete Único: De acordo com a Lei 5.628/2009, o Bilhete Único Intermunicipal é um benefício tarifário, na integração das tarifas praticadas nos serviços de transporte intermunicipal, para ser utilizada em no máximo 3h (três horas).

Receitas e Custos de Construção: É uma representação contábil, não caixa, advindas das novas regras trazidas pelo IFRS, que buscam traduzir o montante de investimento da Companhia em seu intangível.

Receita Líquida Ajustada: Receita líquida que se refere exclusivamente à prestação de serviços da concessionária, excluindo as Receitas de Construção.

EBITDA e Margem EBITDA: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA foi padronizado pela Instrução CVM Nº 527/12.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada: EBITDA ajustado pelas reversões da provisão da margem de construção (Receitas de Construção menos Custos de Construção). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é uma forma de representar a sua geração de caixa operacional. Para o cálculo da Margem EBITDA Ajustada, a companhia leva em consideração a relação entre o EBITDA Ajustado e a Receita Líquida Ajustada.

IFRS: International Financial Reporting Standards são normas/padrões internacionais de contabilidade.

Integração: Convênio firmado com empresas de transporte público, utilizado para complementar a viagem metrô e ônibus.

JMJ: Jornada Mundial da Juventude.

Tarifa Social: Tem caráter temporário, que estabelece o benefício aos usuários do Bilhete Único, instituída pela Lei nº 6700 de 06 de março de 2014.

DISCLAIMER

O presente documento não constitui oferta e/ou recomendação e/ou solicitação para subscrição ou compra de quaisquer valores mobiliários e nem poderá ser entendido como tal em qualquer jurisdição.

As informações apresentadas pela CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. ("Companhia" ou "MetrôRio") e contidas neste documento são de caráter exclusivamente informativo e não deve ser utilizada em hipótese alguma como base para a decisão de investimento em valores mobiliários.

A Companhia e seus representantes legais não fazem qualquer declaração ou garantia expressa ou implícita com relação às informações contidas neste documento, inclusive, sem limitação, com relação à precisão, suficiência, exatidão, ou integridade das informações ou opiniões contidas neste documento e não aceitarão responsabilidade pelo uso deste material por qualquer pessoa.

Algumas das informações aqui contidas se baseiam nas hipóteses e perspectivas atuais da administração da Companhia que poderiam ocasionar variações materiais entre os resultados, desempenho e eventos futuros. Os resultados reais, desempenho e eventos podem divergir significativamente daqueles expressos ou implicados por essas afirmações, como um resultado de diversos fatores, tais como condições gerais e econômicas no Brasil e outros países, níveis de taxa de juros e de câmbio, renegociações futuras ou pré-pagamento de obrigações ou créditos denominados em moeda estrangeira, mudanças em leis e regulamentos e fatos competitivos gerais (em base global, regional ou nacional).



METRÔRIO

UMA EMPRESA
invepar
MOBILIDADE
URBANA

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2014

(Expresso em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

ATIVOS	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	142.195	56.362	142.197	56.364
Aplicações financeiras	5	47.836	45.906	47.836	45.906
Créditos a receber	6	4.505	7.579	4.505	7.579
Estoques	7	21.142	17.556	21.142	17.556
Impostos a recuperar	8	817	9.874	817	9.874
Adiantamento a fornecedores		7.432	3.317	7.432	3.317
Partes relacionadas		1.891	1.875	1.891	1.875
Instrumentos financeiros derivativos	23	692	-	692	-
Outros ativos		13.460	8.000	13.460	8.000
Total do ativo circulante		239.970	150.469	239.972	150.471
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	5	30.486	26.389	30.486	26.389
Créditos a receber	6	6.799	6.196	6.799	6.196
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	42.117	50.981	42.117	50.981
Depósitos judiciais	16	59.270	53.878	59.270	53.878
Investimentos	13	2	2	-	-
Imobilizado	10	325.315	298.106	325.315	298.106
Intangível	11	1.948.533	1.984.938	1.948.533	1.984.938
Total dos ativos não circulantes		2.412.522	2.420.490	2.412.520	2.420.488
TOTAL DOS ATIVOS		2.652.492	2.570.959	2.652.492	2.570.959
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	12	37.262	63.089	37.262	63.089
Empréstimos e financiamentos	14	126.723	242.607	126.723	242.607
Debêntures	14	23.339	119.166	23.339	119.166
Impostos, taxas e contribuições a pagar	8	9.148	5.369	9.148	5.369
Salários, provisões e contribuições sociais		20.798	14.267	20.798	14.267
Concessões de serviços públicos	15	5.263	6.948	5.263	6.948
Participações a empregados	20	6.938	7.582	6.938	7.582
Serviços a prestar		5.716	2.300	5.716	2.300
Partes relacionadas	9	1.581	2.954	1.581	2.954
Instrumentos financeiros derivativos	23	1.673	-	1.673	-
Outras obrigações		1.372	942	1.372	942
Total do passivo circulante		239.813	465.224	239.813	465.224
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	14	660.778	612.168	660.778	612.168
Debêntures	14	359.888	154.170	359.888	154.170
Concessões de serviços públicos	15	48.364	44.944	48.364	44.944
Impostos, taxas e contribuições		187	203	187	203
Provisões para riscos	16	14.009	12.496	14.009	12.496
Total do passivo não circulante		1.083.226	823.981	1.083.226	823.981
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	17	1.344.160	1.344.160	1.344.160	1.344.160
Prejuízo acumulado		(14.707)	(62.406)	(14.707)	(62.406)
Total do patrimônio líquido		1.329.453	1.281.754	1.329.453	1.281.754
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.652.492	2.570.959	2.652.492	2.570.959

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS
TRIMESTRES E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações) - NÃO AUDITADO

	Nota	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013
Receita líquida de serviços		191.168	513.644	191.168	513.644	142.735	408.280	142.735	408.280
Receita de construção		-	-	-	-	-	7.509	-	7.509
RECEITA LÍQUIDA	25	191.168	513.644	191.168	513.644	142.735	415.789	142.735	415.789
Custo dos serviços prestados	25	(107.337)	(289.450)	(107.337)	(289.450)	(87.266)	(255.178)	(87.266)	(255.178)
Custo de construção	25	-	-	-	-	-	(6.994)	-	(6.994)
LUCRO BRUTO		83.831	224.194	83.831	224.194	55.469	153.617	55.469	153.617
Despesas gerais, administrativas e com vendas	25	(24.650)	(87.409)	(24.650)	(87.409)	(29.433)	(80.649)	(29.433)	(80.649)
Outras receitas operacionais, líquidas		158	1.246	158	1.246	27	1.024	27	1.024
Total		59.339	138.031	59.339	138.031	26.063	73.992	26.063	73.992
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS									
Receitas financeiras	18	16.020	29.575	16.020	29.575	27.418	59.442	27.418	59.442
Despesas financeiras	18	(32.685)	(92.313)	(32.685)	(92.313)	(41.170)	(105.657)	(41.170)	(105.657)
Total		(16.665)	(62.738)	(16.665)	(62.738)	(13.752)	(46.215)	(13.752)	(46.215)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		42.674	75.293	42.674	75.293	12.311	27.777	12.311	27.777
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	(11.895)	(18.730)	(11.895)	(18.730)	(4.876)	(12.026)	(4.876)	(12.026)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(3.214)	(8.864)	(3.214)	(8.864)	754	1.990	754	1.990
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		27.565	47.699	27.565	47.699	8.189	17.741	8.189	17.741
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações (em Reais - R\$)	24	0,01905	0,03297			0,00566	0,01226		

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS
TRIMESTRES E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	Controladora e Consolidado			
	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	27.565	47.699	8.189	17.741
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-
TOTAL DE RESULTADO ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDOS DE IMPOSTOS	27.565	47.699	8.189	17.741

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	<u>Nota</u>	<u>Capital social Subscrito</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2014		1.344.160	(62.406)	1.281.754
Lucro líquido do período		-	47.699	47.699
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014		<u>1.344.160</u>	<u>(14.707)</u>	<u>1.329.453</u>
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2013		<u>1.344.160</u>	<u>(98.481)</u>	<u>1.245.679</u>
Lucro líquido do período		-	17.741	17.741
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013		<u>1.344.160</u>	<u>(80.740)</u>	<u>1.263.420</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS
PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

		30/09/2014		30/09/2013	
	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		75.293	75.293	27.777	27.777
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	10/11	84.087	84.087	72.545	72.545
Baixa de imobilizado e intangível	10/11	2.522	2.522	179	179
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas		84.124	84.124	57.842	57.842
Ajuste a valor presente		28	28	504	504
Ajuste de operação de hedge		981	981	-	-
Margem de construção		-	-	(515)	(515)
Provisão para devedores duvidosos		5.886	5.886	709	709
Outros		(330)	(330)	(288)	(288)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	6	(3.415)	(3.415)	(6.976)	(6.976)
Impostos a recuperar	8	9.057	9.057	-	-
Depósitos judiciais	16	(4.182)	(4.182)	(10.015)	(10.015)
Estoques	7	(3.586)	(3.586)	535	535
Outros créditos		(9.591)	(9.591)	(2.494)	(2.494)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(17.036)	(17.036)	3.762	3.762
Salários, provisões e contribuições sociais		6.531	6.531	7.910	7.910
Impostos, taxas e contribuições	8	(2.750)	(2.750)	(1.300)	(1.300)
Impostos de renda e contribuições pagos		(12.170)	(12.170)	(11.453)	(11.453)
Concessão de serviço público		173	173	(57.354)	(57.354)
Outras obrigações e contas à pagar		2.427	2.427	4.005	4.005
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		218.049	218.049	85.373	85.373
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicação financeira	5	(20.879)	(20.879)	55.496	55.496
Concessão de serviço público/pagamento Outorga	15	(3.019)	(3.019)	-	-
Aquisição de imobilizado	10	(58.972)	(58.972)	(70.829)	(70.829)
Aquisição de intangível	11	(16.802)	(16.802)	(100.522)	(100.522)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(99.672)	(99.672)	(115.855)	(115.855)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e debêntures	14	356.199	356.199	179.500	179.500
Pagamento de empréstimos e debêntures		(311.152)	(311.152)	(75.425)	(75.425)
Pagamento juros		(77.591)	(77.591)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (consumido pelas) atividades de		(32.544)	(32.544)	104.075	104.075
AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		85.833	85.833	73.593	73.593
Saldo de caixa e equivalentes no início do período		56.362	56.364	18.133	18.135
Saldo de caixa e equivalentes no final do período		142.195	142.197	91.726	91.728
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		85.833	85.833	73.593	73.593

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS DO
PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013
Receitas	523.798	437.179
Prestação de serviços	528.431	428.460
Receita da construção	-	7.509
Provisão para devedores duvidosos	(5.886)	(709)
Outras receitas	1.253	1.919
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(152.316)	(141.302)
Custos das mercadorias e serviços vendidos		
Custo da construção	-	(6.994)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(152.316)	(134.308)
Valor adicionado bruto	371.482	295.877
Retenções	(84.087)	(72.545)
Depreciação e amortização e exaustão	(84.087)	(72.545)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	287.395	223.332
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	29.575	59.442
Valor adicionado total a distribuir	316.970	282.774
Distribuição do valor adicionado	316.970	282.774
Pessoal e encargos	114.977	108.597
Remuneração direta	80.813	73.897
Benefícios	27.690	28.852
FGTS	6.474	5.848
Impostos, taxas e contribuições	59.769	49.207
Impostos federais	47.088	38.947
Impostos estaduais	2.560	2.063
Impostos municipais	10.121	8.197
Remuneração capital de terceiros	94.525	107.229
Juros	63.984	47.126
Aluguéis	2.212	680
Outras	28.329	59.423
Remuneração de capital próprio	47.699	17.741
Lucro líquido do período	47.699	17.741

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio

*Informações Financeiras Intermediárias
Acompanhadas do Relatório de Revisão
dos Auditores Independentes*

30 de setembro de 2014

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 - NÃO AUDITADO (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio (a seguir denominada como MetrôRio ou “Companhia”) foi constituída sob a forma de “sociedade anônima” em 26 de agosto de 2008, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão com o objetivo de: (i) participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista; (ii) a participação em empreendimentos imobiliários; e (iii) a participação, como cotista, em fundos de investimentos regularmente constituídos. Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, a Companhia passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. A principal atividade da Companhia é a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do Contrato de Concessão (“Contrato”), e de seus aditivos, esses últimos firmados entre a Companhia e o Governo do Estado do Rio de Janeiro (“Poder Concedente”). A Companhia poderá exercer outras atividades não previstas no Contrato, podendo participar como sócia ou acionista em outras sociedades, desde que estas atividades complementares não afetem adversamente a prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros. As atividades da Companhia não apresentam sazonalidade.

A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações financeiras intermediárias da Companhia, foram aprovadas em 11 de novembro de 2014 pela de Administração da Companhia, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias individuais elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Controladora”;
- As informações financeiras intermediárias consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Consolidado”.

As demais informações referentes às bases de elaboração, e o resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, publicadas na imprensa oficial em 24 de março de 2014.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos pronunciamentos contábeis

- a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que estão em vigor desde 1º de janeiro de 2014:
- IAS 32/CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensações de Ativos e Passivos - Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial.
 - IFRIC 21 - Taxações - Orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.
 - IAS 36 - Impairment de ativos (CPC 01) - adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros.
 - IAS 39 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração (CPC 38) - adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “hedge accounting” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos.
 - Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Para se caracterizar como entidade de investimento, uma entidade que reporta deve:

- Obter recursos de um ou mais investidores com o objetivo de prestar-lhes serviços profissionais de gestão de investimentos.
- Comprometer-se com seu(s) investidor(es) de que seu objeto social é o investimento de recursos somente para obter retornos sobre a valorização do capital e a receita de investimento, ou os dois.
- Mensurar e avaliar o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos com base no valor justo.
- Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 e à IAS 27 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

b) Normas, interpretações e alterações emitidas e ainda não vigente:

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014

- Alteração no IAS 19/CPC 33 - Benefícios a Empregados - alteração para esclarecer os requisitos relacionados a contribuições dos empregados ou de terceiros que estão ligados ao serviço e como deve ser atribuído ao tempo de serviço.
- Melhorias anuais dos ciclos 2010 a 2012 e 2011 a 2013 - pequenas alterações nos pronunciamentos existentes.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* - aplicável apenas para as entidades que estão emitindo sua primeira demonstração anual em IFRS e permite, com algumas limitações, que a entidade mantenha a prática contábil do GAAP anterior com relação às contas regulatórias, na adoção inicial e demonstrações financeiras de anos subsequentes.
- Alterações no IFRS 11 - Contabilização para aquisições de participações em operações em conjunto (*joint operations*). Requer um adquirente de participação de operação em conjunto, onde a atividade seja um negócio, conforme definido no IFRS 3, aplique os princípios contábeis do IFRS 3 e outras normas, exceto quando existir um conflito com o que dita o IFRS 11 e divulgue as informações requeridas pelo IFRS 3 e outros pronunciamentos sobre combinações de negócios. Aplicável tanto para aquisição inicial de participação em operação em conjunto como para aquisição de participação adicional, neste último caso, o investimento mantido anteriormente não é remensurado com efeito prospectivo.
- Alterações nos pronunciamentos IAS 16 e IAS 38, para clarificar os métodos de depreciação e amortização aceitos.
- Alterações no pronunciamentos IAS 16 e IAS 41 para incluir o conceito de “*bearer plants*” no escopo do IAS 16, permitindo que tais ativos sejam contabilizados como imobilizado e mensurados depois do reconhecimento inicial pelo custo ou reavaliação de acordo com o que dita o IAS 16.

Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017

- IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers - define 5 passos simples para ser aplicado aos contratos firmados com clientes pra fins de reconhecimento de receita e divulgação. Substituirá os pronunciamentos atualmente em vigor sobre o assunto (IAS 18, IAS 11) e interpretações sobre o tema (IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18).

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas informações intermediárias, no entanto não são esperados impactos nas demonstrações financeiras e informações intermediárias.

2.1. Base de consolidação

As informações trimestrais consolidadas são compostas pelas informações financeiras intermediárias da Companhia e da controlada MASU9 Participações Ltda., subsidiária integral da qual a Companhia possui 99,95% do Capital social que totaliza R\$2.

O exercício social da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação.

3. CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos de transporte metroviário de passageiros, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01 (R1). Segue abaixo um breve descritivo do contrato:

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da arrecadação derivada da venda de passagens de diversos serviços, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Além da receita com passagens, o MetrôRio faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão.

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens, sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038. Até aquele momento, com base nos termos até então vigentes, a concessão se encerraria em 27 de janeiro de 2018. A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo MetrôRio, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a

Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte.

O Contrato determinava, e o Aditivo manteve, no mês de abril, o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado ("IGP-M"), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

No evento da extinção do contrato de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à concessão. O MetrôRio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

O contrato de concessão foi classificado como ativo intangível à medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela Companhia. No período findo em 30 de setembro de 2014, não houve alteração no contrato de concessão.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	2.463	3.464	2.465	3.466
Certificado de depósitos bancários - CDB	36.517	22.192	36.517	22.192
Operações compromissadas lastreadas em debêntures	<u>103.215</u>	<u>30.706</u>	<u>103.215</u>	<u>30.706</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>142.195</u>	<u>56.362</u>	<u>142.197</u>	<u>56.364</u>

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013
Fundo cambial exclusivo (a)		
Letras financeiras de tesouro	35.113	34.103
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	<u>12.723</u>	<u>11.803</u>
Total circulante	<u>47.836</u>	<u>45.906</u>
Certificado de depósitos bancários - CDB	10.887	10.229
Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa	9.784	9.152
Operações compromissadas	<u>9.815</u>	<u>7.008</u>
Total não circulante	<u>30.486</u>	<u>26.389</u>
Aplicações financeiras	<u>78.322</u>	<u>72.295</u>

- (a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta bancária específica para este fim; e, conseqüentemente, não são de pronta disponibilidade para Administração da Companhia.

O montante aplicado em moeda doméstica refere-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e debêntures, remuneradas a taxas que variam entre 75% e 101,20% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e com liquidez imediata.

De acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Sexto Termo Aditivo, em 30 de setembro de 2014, o montante destinado para realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro é de R\$ 7.528 e não há restrição de movimentação destes recursos.

As aplicações financeiras de longo prazo somam R\$ 30.486, estão vinculada a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão, conforme descrito abaixo:

- R\$ 5.658, (intermediador Banco Safra S.A.), R\$ 4.251, (intermediador Banco Bradesco S.A.) e R\$ 3.767, (intermediador Banco Itaú BBA) referem-se a garantias para contratação de cartas de fiança, cuja finalidade é servir de garantia nos processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais, proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária e nos contratos de fornecimento de serviço.
- R\$ 935 (Banco Bradesco S.A.), R\$ 13 (Banco Santander) e R\$ 40 (Banco Votorantim), referem-se a valores bloqueados judicialmente nas aplicações financeiras para atender a processos trabalhistas e cíveis.
- R\$ 9.784, referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela Companhia junto à instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 7 de maio de 2008, 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES. Mais detalhes sobre esta operação estão descritos na Nota Explicativa 14.
- R\$ 6.038, refere-se à aplicação em CDB mantida pela Companhia junto à Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de junho de 2010 junto à Caixa Econômica Federal, referentes à três prestações mensais.

6. CRÉDITOS A RECEBER

	Controladora e Consolidado	
	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante		
Venda de passagens (a)	2.464	5.106
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)	6.454	6.734
Outros títulos a receber	204	164
Provisão para créditos duvidosos	<u>(4.617)</u>	<u>(4.425)</u>
Créditos a receber circulante - líquido	<u>4.505</u>	<u>7.579</u>
Não circulante		
Gratuidades a compensar (c)	12.493	6.196
Provisão para créditos duvidosos	<u>(5.694)</u>	<u>-</u>
Créditos a receber não circulante	<u>6.799</u>	<u>6.196</u>

Os valores relativos a créditos a receber são:

- (a) Receita de passagens a receber da Fetranspor e integrações;
- (b) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios); e
- (c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidades estudantil, com MJM, Copa das Confederações e Copa do Mundo.

	Total	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo a vencer e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos						
				< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121-150 dias	151 - 180 dias	> 180 dias
30 de setembro de 2014	21.615	(10.311)	2.464	1.816	84	19	134	20	48	17.030
31 de dezembro de 2013	18.200	(4.425)	-	7.504	50	23	17	38	46	10.522

	Controladora e Consolidado	
	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosos		
Saldo no início do período	(4.425)	(3.948)
Adições	(6.152)	(1.033)
Reversão	<u>266</u>	<u>556</u>
Saldo no fim do período	<u>(10.311)</u>	<u>(4.425)</u>

A provisão para devedores duvidosos é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor dos recebíveis em aberto a partir de 90 dias e o histórico de perdas com contas a receber.

Estado do Rio de Janeiro - Gratuidades a compensar - Lei nº 4.510/05 e Lei nº 5.359/08

Em 23 de dezembro de 2008, através da Lei nº 5.359/08, o Governo do Estado do Rio de Janeiro alterou o Artigo 6º da Lei nº 4.510/05, onde definiu que a isenção concedida por essa Lei será custeada diretamente pelo Estado, por meio de repasse de verba da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, em procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Lei nº 5.359/08 estabeleceu que o valor de R\$1,00, correspondente ao valor de cada viagem realizada, será atualizado na mesma data e na mesma proporção da tarifa praticada nas linhas e serviços de transportes coletivos de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se no aguardo da publicação do referido regulamento.

A Companhia recebeu o montante de R\$ 445 referentes à gratuidade estudantil no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2014, e, no mesmo período de 2013, foram recebidos valores de R\$ 156 referentes à gratuidade.

7. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Materiais auxiliares e de manutenção e bilhetes	15.022	11.320
Adiantamento a fornecedores	787	5.517
Importações em andamento (a)	<u>5.333</u>	<u>719</u>
Total	<u>21.142</u>	<u>17.556</u>

(a) O aumento se deu pela apropriação/desembaraço de materiais importados.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar - circulante

	Controladora e Consolidado	
	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de renda e contribuição social	-	5.942
IRRF Aplicações financeiras e serviços	-	2.890
IRPJ - Saldo negativo (anos anteriores)	817	885
Outros	-	157
Total	<u>817</u>	<u>9.874</u>

b) Impostos, taxas e contribuições a pagar - circulante

	Controladora e Consolidado	
	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de renda e contribuição social	6.527	-
PIS e COFINS	232	1.227
ISS	1.279	959
ICMS	79	703
IRRF e CSRF	440	1.906
Taxa AGETRANSP-RJ	314	219
INSS s/ terceiros	<u>277</u>	<u>355</u>
Total	<u>9.148</u>	<u>5.369</u>

c) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Se houver fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, essas projeções serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>Fundamento para realização</u>
Prejuízo fiscal	11.940	17.976	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com prejuízo fiscal.
Base negativa de contribuição social	4.462	6.634	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com base negativa de contribuição social.
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.506	1.504	Realização pelo recebimento ou efetivação da perda, ou ainda pela aquisição de dedutibilidade face ao ajuizamento da cobrança e prazo de vencimento maior que 2 anos.
Provisão para riscos	6.021	5.028	Expectativa de realização conforme o julgamento das causas (ações judiciais cuja perda é considerada provável).
Excesso amortização outorga suplementar	4.842	4.213	Expectativa de realização conforme pagamento da outorga suplementar.
Variação cambial não realizada	(594)	1.614	Expectativa de realização conforme pagamento.
Provisão para Participação nos Lucros	2.324	2.578	Expectativa de realização conforme pagamento.
Provisões não dedutíveis	2.951	997	Expectativa de realização conforme pagamento.
Ajuste RTT(*)	4.136	7.887	Expectativa de realização conforme Amortização fiscal do intangível.
Outros	<u>2.529</u>	<u>2.550</u>	Expectativa de realização conforme pagamento ou Baixa.
	<u>42.117</u>	<u>50.981</u>	

(*) 30/09/2014 - Ajuste IFRS - Amortização fiscal x contábil R\$3.315. Ajuste IFRS - Custo de captação (custo da dívida) R\$821.
31/12/2013 - Ajuste IFRS - Amortização fiscal x contábil R\$6.914. Ajuste IFRS - Custo de captação (custo da dívida) R\$973.

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme demonstrado a seguir:

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2014	3.207	14.460
2015	5.903	3.729
2016	3.579	3.729
2017	3.579	3.729
2018	3.579	3.729
2019	3.579	3.729
2020	3.579	3.729
2021 em diante	<u>15.112</u>	<u>14.147</u>
Total	<u>42.117</u>	<u>50.981</u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>Controladora e Consolidado</u>			
	<u>01/01/2014 a 30/09/2014</u>	<u>01/07/2014 a 30/09/2014</u>	<u>01/01/2013 a 30/09/2013</u>	<u>01/07/2013 a 30/09/2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	75.293	42.674	27.777	12.311
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(25.600)	(14.509)	(9.444)	(4.185)
Adições permanentes	(2.418)	(818)	(812)	(17)
Outros	<u>424</u>	<u>218</u>	<u>220</u>	<u>80</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(18.730)	(11.895)	(12.026)	(4.876)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(8.864)</u>	<u>(3.214)</u>	<u>1.990</u>	<u>754</u>
Total dos impostos no resultado	(27.594)	(15.109)	(10.036)	(4.122)

9. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrerem para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

		30/09/2014				
<u>Parte relacionada</u>	<u>Transação</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>		<u>Resultado</u>	
		<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Receita</u>	<u>Despesa</u>
GRU AIRPORT	Nota de débito	458	-	-	-	-
CART	Nota de débito	100	-	-	-	-
LAMSA	Debênture	-	9.368	149.888	-	(7.109)
INVEPAR	Nota de débito	-	1.581	-	-	(13.253)
METRÔ BARRA	Nota de débito	<u>1.333</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.971</u>	<u>-</u>
		<u>1.891</u>	<u>10.949</u>	<u>149.888</u>	<u>1.971</u>	<u>(20.362)</u>

		31/12/2013				
<u>Parte relacionada</u>	<u>Transação</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>		<u>Resultado</u>	
		<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Receita</u>	<u>Despesa</u>
GRU AIRPORT	Nota de débito	462	-	-	-	-
CART	Nota de débito	100	-	-	-	-
LAMSA	Debênture	-	1.226	154.170	-	(2.680)
INVEPAR	Nota de débito	-	2.954	-	-	(15.501)
METRÔ BARRA	Nota de débito	<u>1.313</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>638</u>	<u>-</u>
		<u>1.875</u>	<u>4.180</u>	<u>154.170</u>	<u>638</u>	<u>18.181</u>

Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, assistência médica e dentária, como demonstrado no quadro abaixo:

<u>Composição</u>	<u>30/09/2014</u> <u>Diretoria</u>	<u>30/09/2013</u> <u>Diretoria</u>
Pró-labore	2.121	1.960
Bônus variáveis	1.257	2.163
Encargos	490	645
Outros benefícios	<u>189</u>	<u>161</u>
Total	<u>4.057</u>	<u>4.929</u>

Conforme termos de renúncia de remuneração assinada pelos conselheiros em 29 de abril de 2014, os conselheiros renunciam qualquer remuneração pelo exercício da função.

Debêntures

Conforme descrito na nota explicativa 14 em 31 de julho de 2012 a Companhia efetuou emissão de debêntures no montante de R\$154.170, adquiridas pela parte relacionada Linha Amarela S.A. - LAMSA.

Estas debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% a.a. , até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso). O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive.

Serviços

Em 30 de dezembro de 2010, a Companhia firmou contrato de empreitada em regime de preço global com a Construtora OAS Ltda. para a execução de obras de implantação da estação metroviária Uruguai.

O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de 24 meses, é o de empreitada global, e o preço acordado entre as partes foi de R\$147.563, devendo os pagamentos serem realizados em parcelas mensais, de acordo com a evolução física dos serviços apurada mensalmente. A última parcela foi paga em maio de 2013.

10. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Controladora e Consolidado				
		Saldo em				Saldo em
		31/12/2013	Adições	Baixas	Transferência	30/09/2014
Imobilizado						
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	11,48%	107.265	10.521	(331)	17.285	134.740
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros	12,60%	164.231	3.023	(29)	5.053	172.278
Máquinas e equipamentos	12,60%	40.925	4.078	(79)	-	44.924
Móveis e utensílios	10%	11.151	6.258	(13)	5.427	22.823
Veículos	20%	1.823	-	-	-	1.823
Equipamentos de computação	20%	9.071	2.664	(31)	77	11.781
Imobilizado em andamento		105.559	9.074	(222)	(21.531)	92.880
Peças sobressalentes		12.867	7.435	(1.862)	(6.311)	12.129
Adiantamento a fornecedores		6.635	9.814	-	-	16.449
Imobilizado bruto		459.527	52.867	(2.567)	-	509.827
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(8.064)	(8.789)	-	-	(16.853)
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros		(127.895)	(8.758)	-	-	(136.653)
Máquinas e equipamentos		(15.122)	(3.107)	-	-	(18.229)
Móveis e utensílios		(4.523)	(1.278)	17	-	(5.784)
Veículos		(1.530)	(89)	-	-	(1.619)
Equipamentos de computação		(4.287)	(1.115)	28	-	(5.374)
Depreciação acumulada		(161.421)	(23.136)	45	-	(184.512)
Imobilizado líquido		298.106	29.731	(2.522)	-	325.315

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Controladora e Consolidado				
		Saldo em				Saldo em
		31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	30/09/2013
Imobilizado						
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	11,48%	89.602	7.957	-	285	97.844
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros	12,60%	151.788	8.428	-	-	160.216
Máquinas e equipamentos	12,60%	27.387	11.182	-	-	38.569
Móveis e utensílios	10%	7.463	1.220	-	-	8.683
Veículos	20%	2.540	126	(660)	-	2.006
Equipamentos de computação	20%	7.549	1.049	(45)	-	8.553
Imobilizado em andamento		39.419	40.238	-	-	79.657
Peças sobressalentes		12.908	629	-	-	13.537
Adiantamento a fornecedores		1.789	-	-	(285)	1.504
Imobilizado bruto		340.445	70.829	(705)	-	410.569
Depreciação						
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(147)	(5.814)	-	-	(5.961)
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros		(116.152)	(8.856)	-	-	(125.008)
Máquinas e equipamentos		(12.159)	(2.046)	-	-	(14.205)
Móveis e utensílios		(3.858)	(442)	-	-	(4.300)
Veículos		(1.901)	(179)	496	-	(1.584)
Equipamentos de computação		(3.143)	(928)	30	-	(4.041)
Depreciação acumulada		(137.360)	(18.265)	526	-	(155.099)
Imobilizado líquido		203.085	52.564	(179)	-	255.470

Os investimentos em imobilizado da Companhia consistem essencialmente na aquisição de bens e serviços necessários a realização da operação, benfeitorias no material rodante (carros metrô), nas estruturas das vias, nas estações, no Centro de Manutenção, no Centro de Controle Operacional e na aquisição de equipamentos de tecnologia da informação.

De acordo com o CPC01 (R1)/IAS 36, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 30 de setembro de 2014, não foram identificados ativos com indícios de impairment.

Em 30 de setembro de 2014 e 30 de setembro de 2013, não havia bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

11. INTANGÍVEL

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Saldo em 30/09/2014
Concessão de serviços públicos			
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	394.136	-	394.136
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	1.142.566	22.561	1.165.127
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (c)	932.843	-	932.843
Direito de software	5.771	1.985	7.756
Outros	14	-	14
Total intangível bruto	<u>2.475.330</u>	<u>24.546</u>	<u>2.499.876</u>
Direito de concessão (até janeiro de 2018)	(219.676)	(8.089)	(227.765)
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038)	(115.114)	(27.711)	(142.825)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)	(152.991)	(24.058)	(177.049)
Direito de software	(2.611)	(1.093)	(3.704)
Amortização acumulada (d)	<u>(490.392)</u>	<u>(60.951)</u>	<u>(551.343)</u>
Total intangível líquido	<u>1.984.938</u>	<u>(36.405)</u>	<u>1.948.533</u>
	Saldo em 31/12/2012	Adições	Saldo em 30/09/2013
Concessão de serviços públicos			
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	474.329	-	474.329
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	1.057.433	124.538	1.181.971
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (c)	932.843	-	932.843
Direito de software	4.848	493	5.341
Outros	14	-	14
Total intangível bruto	<u>2.469.467</u>	<u>125.031</u>	<u>2.594.498</u>
Direito de concessão (até janeiro de 2018)	(211.741)	(8.090)	(219.831)
Renovação/extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038)	(80.982)	(21.503)	(102.485)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)	(120.827)	(24.057)	(144.884)
Direito de software	(1.749)	(630)	(2.379)
Amortização acumulada (d)	<u>(415.299)</u>	<u>(54.280)</u>	<u>(469.579)</u>
Total intangível líquido	<u>2.054.168</u>	<u>70.751</u>	<u>2.124.919</u>

Em 30 de setembro de 2014 e 30 de setembro de 2013, não havia bens do ativo intangível dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

a) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018)

O montante referente ao Ativo intangível - Direito de concessão “Outorga principal” é de R\$ 231.196, o montante referente ao Ativo intangível - Direito de concessão “Outorga suplementar” é de R\$ 162.940.

b) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Conforme detalhado na nota explicativa 15, através de Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutive, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo intangível (Renovação / extensão do Direito de concessão).

c) Concessão (decorrente de aquisição de controle)

Direito de concessão obtido na aquisição de controle do MetrôRio. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

d) Prazo de amortização

A amortização do intangível referente à Concessão é linear de acordo com o número de dias restantes para o final da Concessão. O valor é registrado no custo de serviços e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no Ativo intangível.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Provisão para redução do valor recuperável de ativos

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado representativo dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento de suas operações.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, considerando se tratar de ativos intangíveis com prazo de vida útil definida.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- *Receitas*

As receitas foram projetadas entre 2015 e 2019 considerando o crescimento da base de usuários.

- *Custos e despesas operacionais*

Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.

- *Investimentos de capital*

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

12. FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fornecedores nacionais	25.559	29.963
Fornecedores internacionais	3.236	26.085
Prestadores de serviços internacionais	<u>8.467</u>	<u>7.041</u>
Total	<u>37.262</u>	<u>63.089</u>

13. INVESTIMENTOS

Em 31 de janeiro de 2007, a Companhia adquiriu uma empresa inoperante MASU 9 visando ter a sua disposição uma subsidiária para desenvolver atividades acessórias, nos termos do Parágrafo 7º, da Cláusula 8ª do Contrato. A empresa MASU9 Participações Ltda., é uma subsidiária integral da Companhia, que possui 99,95% do Capital social da investida que totaliza R\$2, totalmente subscrito e integralizado, e que está dividido em 2.000 (duas mil) quotas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. A referida empresa continua inoperante, não gera receita e não possui contingências, compromissos, avais ou garantias em favor de terceiros.

O ativo e patrimônio líquido da controlada em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão abaixo demonstrados:

	MASU 9	
	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	<u>2</u>	<u>2</u>
Total do ativo	<u>2</u>	<u>2</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	<u>2</u>	<u>2</u>
Total patrimônio líquido	<u>2</u>	<u>2</u>

Em 10 de outubro de 2008, a Companhia constituiu subsidiária no exterior Citpax LLC, com participação integral no capital, com o objetivo de: (a) promover no exterior a marca da Companhia; (b) coordenar esforços para a exploração, via subsidiária, de serviços de transporte urbano de passageiros no exterior; (c) buscar novos padrões tecnológicos para o aperfeiçoamento das operações da Companhia; e (d) servir como um centro de supervisão para eventuais transferências de tecnologia e serviços contratados junto a prestadores de serviços sediados no exterior. O capital social da investida é de US\$ 12,200 (doze milhões e duzentos mil dólares), totalmente integralizados. A Citpax é considerada uma filial da Companhia por não possuir corpo gerencial próprio, autonomia administrativa, não contratar operações próprias, utilizar a moeda do MetrôRio como moeda funcional, e funcionar, na essência, como extensão das atividades do MetrôRio.

	Citpax	
	30/09/2014	31/12/2013
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	22	34
Imobilizado	995	995
Intangível	<u>13.551</u>	<u>13.551</u>
Total do ativo	<u>14.568</u>	<u>14.580</u>
Passivo		
Contas a pagar MetrôRio	3.369	3.369
Contas a pagar	<u>7.253</u>	<u>2.259</u>
	<u>10.622</u>	<u>5.628</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	24.709	24.709
Prejuízos acumulados	<u>(20.763)</u>	<u>(15.757)</u>
	<u>3.946</u>	<u>8.952</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>14.568</u>	<u>14.580</u>

	Citpax			
	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013
Custo dos serviços prestados	—	—	—	(82)
Lucro bruto	=	=	=	(82)
Despesas gerais e administrativas	<u>(10)</u>	<u>(10)</u>	—	(8)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(10)	(10)	-	(90)
Resultado Financeiro	<u>(1.666)</u>	<u>(4.996)</u>	<u>(140)</u>	<u>(363)</u>
Resultado antes dos impostos	<u>(1.676)</u>	<u>(5.006)</u>	<u>(140)</u>	<u>(453)</u>
Resultado antes da participação dos acionistas não controladores	<u>(1.676)</u>	<u>(5.006)</u>	<u>(140)</u>	<u>(453)</u>
Resultado líquido do exercício	<u>(1.676)</u>	<u>(5.006)</u>	<u>(140)</u>	<u>(453)</u>

					Controladora e Consolidado					
					30/09/2014			31/12/2013		
Objeto	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	Não circulante			Circulante	Não circulante	Total
					Circulante	circulante	Total			
BNDES Direto 1	TJLP	2,02%	15/05/2015	9,81%	4.200	-	4.200	8.924	-	8.924
BNDES Direto 2	TJLP	1,92%	15/02/2017	10,65%	21.258	-	21.258	8.849	19.006	27.855
BNDES Direto 3										
Subcrédito “A”	TJLP	1,72%	15/10/2024	7,40%	22.881	202.300	225.181	22.926	219.004	241.930
Subcrédito “B”	TJLP	1,72%	15/10/2017	7,67%	444	920	1.364	445	1.251	1.696
Subcrédito “C”	TJLP	1,72%	15/09/2024	6,77%	13.176	115.453	128.629	12.595	119.318	131.913
FINEP										
Subcrédito “A”	TJLP	5,25%	15/01/2018	6,05%	1.567	3.626	5.193	1.570	4.792	6.362
Subcrédito “B”	TJLP	8,25%	15/01/2018	9,48%	1.661	3.837	5.498	1.666	5.070	6.736
Financiamento Importação										
Calyon	USD	3,44%	02/11/2016	4,45%	2.147	3.128	5.275	2.015	3.957	5.972
Nota promissória										
Banco HSBC	DI	0,75%	20/03/2014	12,65%	-	-	-	171.268	-	171.268
Banco do Brasil	DI	109,30%	25/11/2014	10,17%	57.172	-	57.172	-	-	-
Conta Garantida -Santander	DI	1,45%	18/03/2014	-	-	-	-	10.000	-	10.000
Citibank	USD	2,23%	11/03/2016	13,22%	1.111	89.188	90.299	-	-	-
Caixa Econômica Federal	TR	7,80%	30/06/2034	8,24%	2.695	242.326	245.021	3.492	239.770	243.262
Subtotal					128.312	660.778	789.090	243.750	612.168	855.918
Debêntures										
Debêntures - HSBC	DI	1,50%	14/03/2014	-	-	-	-	117.940	-	117.940
Debêntures - LAMSA	TR	9,50%	31/05/2027	8,65%	9.368	149.888	159.256	1.226	154.170	155.396
Debêntures - HSBC 1	DI	1,45%	11/03/2016	11,83%						
					13.971	210.000	223.971	-	-	-
Subtotal					23.339	359.888	383.227	119.166	154.170	273.336
Total					151.651	1.020.666	1.172.317	362.916	766.338	1.129.254
Custo de captação					(1.589)	-	(1.589)	(1.143)	-	(1.143)
Total geral					150.062	1.020.666	1.170.728	361.773	766.338	1.128.111

Descrição	31/12/2013	Adições					30/09/2014	
		Captações	Juros	Outros	Principal	Juros		Transferência
Passivo circulante								
BNDES 1	8.924	-	338	-	(4.711)	(351)	-	4.200
BNDES 2	27.855	-	1.246	-	(6.579)	(1.264)	-	21.258
BNDES 3								
Subcrédito “A”	22.926	-	11.520	-	(16.704)	(11.565)	16.704	22.881
Subcrédito “B”	445	-	56	-	(331)	(57)	331	444
Subcrédito “C”	12.595	590	6.485	-	(9.474)	(6.494)	9.474	13.176
FINEP								
Subcrédito “A”	1.570	-	217	-	(1.166)	(220)	1.166	1.567
Subcrédito “B”	1.666	-	375	-	(1.233)	(380)	1.233	1.661
Calyon	2.015	-	138	97	(954)	(99)	950	2.147
NP - HSBC	171.268	-	3.600	-	(160.000)	(14.868)	-	-
NP - Banco do Brasil	-	55.000	2.172	-	-	-	-	57.172
Debênture - HSBC	117.940	-	2.656	-	(100.000)	(20.596)	-	-
Debênture - LAMSA	1.226	-	11.320	-	-	(7.460)	4.282	9.368
Debênture - HSBC	-	-	13.971	-	-	-	-	13.971
Conta Garatida - Santander	10.000	-	-	-	(10.000)	-	-	-
Caixa Econômica Federal	3.492	-	14.457	(789)	-	(14.237)	(228)	2.695
Citibank	-	-	1.029	82	-	-	-	1.111
Subtotal	381.922	55.590	69.580	(610)	(311.152)	(77.591)	33.912	151.651
Passivo não circulante								
BNDES 3								
Subcrédito “A”	219.004	-	-	-	-	-	(16.704)	202.300
Subcrédito “B”	1.251	-	-	-	-	-	(331)	920
Subcrédito “C”	119.318	5.609	-	-	-	-	(9.474)	115.453
FINEP								
Subcrédito “A”	4.792	-	-	-	-	-	(1.166)	3.626
Subcrédito “B”	5.070	-	-	-	-	-	(1.233)	3.837
Calyon	3.957	-	-	121	-	-	(950)	3.128
Debênture - LAMSA	154.170	-	-	-	-	-	(4.282)	149.888
Debênture - HSBC	-	210.000	-	-	-	-	-	210.000
Caixa Econômica Federal	239.770	-	-	2.328	-	-	228	242.326
Citibank	-	85.000	-	4.188	-	-	-	89.188
Subtotal	747.332	300.609	-	6.637	-	-	(33.912)	1.020.666
Total	1.129.254	356.199	69.580	6.027	(311.152)	(77.591)	-	1.172.317
Custos de captação	(1.143)	-	-	-	-	-	-	(1.589)
Total geral	1.128.111	-	-	-	-	-	-	1.170.728

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio

Descrição	31/12/2012	Adições				Juros	Transferência	30/09/2013
		Captações	Juros	Outros	Principal			
Passivo Circulante								
BNDDES 1	15.223	-	662	-	(4.711)	(677)	-	10.497
BNDDES 2	8.874	-	1.692	-	(6.579)	(1.716)	6.579	8.850
BNDDES 3								
Subcrédito "A"	22.987	-	12.624	-	(16.704)	(12.714)	16.704	22.897
Subcrédito "B"	253	190	70	-	(317)	(69)	317	444
Subcrédito "C"	2.952	564	6.634	-	-	(6.599)	7.154	10.695
FINEP								
Subcrédito "A"	1.573	-	193	-	(1.166)	(196)	1.165	1.569
Subcrédito "B"	1.672	-	320	-	(1.233)	(324)	1.233	1.668
Calyon	1.780	-	175	154	(848)	(118)	852	1.995
NP - HSBC	-	160.000	7.087	-	-	-	-	167.087
Debênture - HSBC	-	-	7.314	-	-	-	107.531	114.845
Debênture - LAMSA	2.429	-	10.809	-	-	(7.042)	-	6.196
Caixa Econômica Federal	525	-	14.174	-	-	(14.174)	1.676	2.201
Subtotal	58.268	160.754	61.744	154	(31.558)	(43.629)	143.211	348.944
Passivo Não Circulante								
BNDDES 1	-	-	-	-	-	-	-	-
BNDDES 2	27.778	-	-	-	-	-	(6.579)	21.199
BNDDES 3								
Subcrédito "A"	241.276	-	-	-	-	-	(16.704)	224.572
Subcrédito "B"	964	713	-	-	-	-	(317)	1.360
Subcrédito "C"	113.382	18.033	-	-	-	-	(7.154)	124.261
FINEP								
Subcrédito "A"	6.346	-	-	-	-	-	(1.165)	5.181
Subcrédito "B"	6.714	-	-	-	-	-	(1.233)	5.481
Calyon	5.217	-	-	379	-	-	(852)	4.744
NP - HSBC	-	-	-	-	-	-	-	-
Debênture - HSBC	107.531	-	-	-	-	-	(107.531)	-
Debênture - LAMSA	154.170	-	-	-	-	-	-	154.170
Caixa Econômica Federal	244.828	-	-	69	-	-	(4.225)	240.672
Subtotal	908.206	18.746	-	448	-	-	(145.760)	781.640
Total	966.474	179.500	61.744	602	(31.558)	(43.629)	(2.549)	1.130.584
Custos de captação	(1.550)	-	-	-	-	-	-	(1.289)
Total geral	964.924	179.500	61.744	602	(31.558)	(43.629)	(2.549)	1.129.295

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

	30/09/2014	31/12/2013
2015	16.226	66.903
2016	363.723	74.133
2017	63.046	64.509
2018	59.748	59.748
2019	59.480	59.480
2020 em diante	458.443	441.565
	<u>1.020.666</u>	<u>766.338</u>

BNDES

- Em 07 de maio de 2008, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES (“BNDES Direto 1”), no montante total de R\$34.314, bem como da respectiva garantia,. O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. A Companhia captou o valor integral do crédito disponibilizado.

A amortização do principal deste financiamento esta sendo feita em 66 prestações mensais e sucessivas entre 15 de dezembro de 2009 e 15 de maio de 2015.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de maio de 2008 e 15 de novembro de 2009 e, serão pagos mensalmente, no período de amortização.

- Em 6 de fevereiro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES (“BNDES Direto 2”), no montante de R\$52.166, bem como da respectiva garantia. A Companhia captou o valor integral do crédito disponibilizado.

A amortização do principal deste financiamento acima referido é feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de março de 2011 e 15 de fevereiro de 2017.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 1,92% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de fevereiro de 2009 e 15 de março de 2011, e mensalmente, no período de amortização do principal.

- Em 16 de setembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (“BNDES Direto 3”), no montante total de R\$422.410, divididos em três subcréditos: “A” (R\$278.395), “B” (R\$3.200) e “C” (R\$140.815), para cobrir, principalmente, os desembolsos com as obras do projeto do Metrô do Século XXI. Até 30 de setembro de 2014, havia sido desembolsado pelo BNDES à Companhia o montante de R\$421.621 (sendo R\$278.395 do subcrédito “A”, R\$2.411 do subcrédito “B” e R\$140.815 do subcrédito “C”).

A amortização do principal do subcrédito “A” será feita em 150 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2012 e 15 de outubro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito “A” incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de abril de 2012, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

A amortização do principal do subcrédito “B” será feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de novembro de 2011 e 15 de outubro de 2017. Sobre o principal da dívida do subcrédito “B” incidirá a TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de outubro de 2011, e serão pagos mensalmente no período de amortização do principal.

A amortização do principal do subcrédito “C” será feita em 132 prestações mensais e sucessivas entre 15 de outubro de 2013 e 15 de setembro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito “B” incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de setembro de 2010 e 15 de setembro de 2013, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

As principais garantias dos contratos de financiamento BNDES Direto 1, BNDES Direto 2 e BNDES Direto 3 são as seguintes:

- Vinculação de parcela da receita tarifária decorrente da prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros, em valor mensal não inferior a R\$19.906, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA.
- Constituição de conta reserva com saldo não inferior a R\$6.635, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da data da assinatura.
- Constituir penhor em favor do BNDES, em 1º grau para BNDES Direto 1, em 2º grau para o BNDES Direto 2 e em 3º grau para o BNDES Direto 3, sobre os seus Direitos Creditórios emergentes do Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência de terceiros, em 27 de janeiro de 1998, e seus posteriores aditivos, abrangendo o direito da Companhia de ser indenizada pelo Estado do Rio de Janeiro nas seguintes hipóteses:
 - a) Perdas que a mesma venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
 - b) Perdas em decorrência de contingências de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro ou de seus órgãos que venham a ser imputadas à Companhia.
 - c) Extinção da Concessão, nos termos do respectivo Contrato de Concessão, bem como outros direitos de indenização que a Companhia venha a ter em face do Estado do Rio de Janeiro por força do referido contrato.

Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos. A Administração da Companhia entende que esta condição não foi violada. Adicionalmente, esses contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Tanto para o contrato BNDES Direto 1 quanto para o contrato BNDES Direto 2, o índice financeiro é o seguinte: LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) sobre Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 2, a Companhia está cumprindo.

Financiamento

Em 12 de março de 2014, foi celebrado um Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças com o Citibank N.A., especificamente destinado para fins societários em geral, incluindo, mas não se limitando a reforço de seu capital de giro, no valor de US\$ 36.389., em parcela única, os juros incidirão sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,2313 a.a., serão pagos em parcela única. O principal será pago em 11 de março de 2016.

Financiamento importação

Em 26 de dezembro de 2008 a Companhia firmou um contrato de financiamento de importação junto ao Banco Calyon para cobrir até 85% das importações de equipamentos para o projeto de implantação de um sistema de sinalização ATP (*“Automatic Train Protection”*), objeto do contrato firmado com a GE Transportation Systems SPA. O financiamento contratado, e terá atualização pela variação cambial e juros de 3,44% ao ano. A liberação dos recursos foi feita pelo Banco Calyon diretamente ao fornecedor no exterior, à medida que os equipamentos foram embarcados. A amortização do principal será realizada em dólar e em 14 parcelas semestral consecutivas, vencendo a primeira 6 meses após a liberação do principal realizada pelo banco ao fornecedor, juntamente com o juros acumulado até essa data.

Notas promissórias

- Em 18 de março de 2013, a Companhia emitiu trinta e duas Notas Promissórias comerciais em série única, no valor nominal unitário de R\$5.000, coordenada pelo HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. totalizando R\$160.000. Em 25 de março de 2013, as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas.

Estes títulos faziam jus a remuneração de CDI + 0,75% ao ano, em 14 de março de 2014, as Notas Promissórias foram totalmente liquidas no montante de R\$174.868.

- Em 27 de maio de 2014, a Companhia emitiu cinco Notas Promissórias comerciais em série única, no valor nominal unitário de R\$11.000, coordenada pelo BB - Banco de Investimento S.A. totalizando R\$55.000. Em 27 de maio de 2014, as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas.

Estes títulos fazem jus a remuneração de 109,30% da CDI ao ano, com vencimento em 23 de novembro de 2014.

FINEP

Em 27 de agosto de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto à FINEP, , no montante total de R\$21.500, divididos em subcréditos “A” (R\$10.452) e “B” (R\$11.048). O crédito foi integralmente posto à disposição da Companhia em 01 de agosto de 2011

A amortização será feita em 81 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2011 e 15 de janeiro de 2018. Sobre o principal da dívida dos subcréditos “A” e “B” incidirão juros de 5,25% a.a. e 8,25% a.a. respectivamente.

Caixa Econômica Federal

Em 30 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato de financiamento e repasse destinado à realização de investimentos no sistema metroviário do Rio de Janeiro, no âmbito do programa PRÓ-TRANSPORTES/FGTS junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$650.000, divididos em subcréditos “A” (R\$240.000) e “B” (R\$410.000). Em 30 de junho de 2011, foi creditado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$240.000 (subcrédito “A”). Este valor foi creditado em aplicação financeira específica e destina-se obrigatoriamente ao pagamento dos 114 carros metrô, sendo vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim. Os recursos do subcrédito “B” ainda não foram creditados à Companhia.

A amortização será feita em 240 meses contados a partir do término do prazo de carência dos subcréditos (48 meses). O saldo devedor será apurado mensalmente e são devidas as seguintes taxas:

- a) Juros - equivalente à taxa nominal anual de 5,5%, capitalizada mensalmente.
- b) Administração - valor equivalente à taxa nominal de 2% a.a., capitalizada mensalmente.
- c) Risco de crédito - equivalente à taxa nominal de 0,3% a.a., capitalizada mensalmente.

O saldo devedor e as prestações serão reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade da utilização dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, utilizada para esse fim a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES “2” e “3”, FINEP, Calyon e Caixa Econômica Federal foram capitalizados obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O montante capitalizado no período findo em 30 de setembro de 2014 foi de R\$10.430 (R\$23.694 no período findo em 30 de setembro de 2013).

Debêntures

- Em 14 de março de 2012, foram emitidas e integralmente subscritas, 10.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o valor total de R\$100.000.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, foi aprovada em pelos Conselheiros, por unanimidade e sem ressalvas, a 2ª (segunda) Emissão de Debêntures da Companhia, com esforços restritos de colocação. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão destinados para a quitação de dívidas vincendas da Companhia.

As Debêntures são objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de colocação e melhores esforços de colocação a serem outorgados à Companhia pelo HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, sendo R\$50.000 em regime de garantia firme de colocação e R\$50.000 em regime de melhores esforços de colocação. Em 14 de março de 2012, foi desembolsado pelo HSBC à Companhia o montante de R\$50.000

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. As Debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário, equivalentes a 100,00% da variação da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa 1,50% ao ano. Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a data de emissão até a data de vencimento ou a data de realização do resgate antecipado.

Em 03 de maio de 2012 foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografia, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

Conforme Termo de Adesão ficou estabelecido que a Caixa Econômica Federal realizará a colocação das Debêntures ofertadas, sob o regime de garantia firme de colocação para o montante de R\$50.000, representando 5.000 Debêntures. Em 31 de maio de 2012, foi desembolsado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$50.000.

Em 14 de março de 2014, as debêntures foram totalmente liquidas no montante de R\$120.596.

- Em 31 de julho de 2012, foram subscritas 154.170 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total de R\$154.170.

O Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de debêntures foi firmado com base nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia datadas de 24 de abril de 2012 e 27 de julho de 2012, as quais deliberaram as condições da Emissão. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão para financiamento de até 90% do CAPEX de cada um dos projetos da Companhia. As debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de capitalização, até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso). Em 31 de agosto de 2012, foi repassado pela Linha Amarela S.A. à Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. o montante atualizado de R\$155.475.

As debêntures da Companhia não possuem cláusula de repactuação.

- Em 12 de março de 2014 foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

Para todos os fins de direito, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é a instituição intermediária líder responsável pela Oferta. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 24 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 13 de março de 2016.

15. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013
Circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	2.770	3.657
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	<u>2.493</u>	<u>3.291</u>
	<u>5.263</u>	<u>6.948</u>
Não circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	<u>48.364</u>	<u>44.944</u>
	<u>48.364</u>	<u>44.944</u>
Total	<u>53.627</u>	<u>51.892</u>

a) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018)

- R\$ 2.770 (R\$3.657 em 31 de dezembro de 2013) referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente quitado através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos. Com base no Aditivo, este saldo será pago pela Concessionária em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018. A quitação deste compromisso, atualizado até 30 de setembro de 2014, está programada para novembro de 2014.
- R\$ 48.364 (R\$ 44.944 em 31 de dezembro de 2013) referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 30 de setembro de 2014, o MetrôRio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ. Esse compromisso, somava em 30 de setembro de 2014, R\$ 48.364 (R\$ 44.944 em 31 de dezembro de 2013), líquido do montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente, no valor total de R\$ 60.727 (R\$ 32.206 em 31 de dezembro de 2013). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

b) Compromisso decorrente da Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Concessionária assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir o sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro que pertence à Concessão. A partir de 27 de dezembro de 2007, através do Aditivo, a Companhia também assumiu o compromisso de realizar investimentos destinados: (i) à implementação de novas estações metroviárias, inclusive a obrigação de concluir, em condições de operação, o trecho de 3,2 km, denominado Linha 1A (trecho inaugurado em 22 de dezembro de 2009), com a construção da Estação Cidade Nova (inaugurada em 1º de novembro de 2010), bem como a Estação Uruguai (inaugurada em março de 2014; (ii) à aquisição de novos trens; e (iii) à modernização das operações. Em 30 de setembro de 2014, os investimentos previstos no Aditivo estavam estimados entre R\$900.000 e R\$1.200.000, e deverão sofrer alterações à medida que os projetos executivos forem sendo definidos e obtidas as cotações definitivas de preços dos diversos componentes.

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2014, o valor investido totalizou R\$ 22.561 (R\$129.052 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2013).

Os gastos com a infraestrutura da concessão são contabilizados conforme o CPC 17 (R1) e ICPC 01 (R1), ou seja, todo gasto com infraestrutura da concessão é contabilizado como custo da construção na DRE e é apurada uma receita de construção com uma margem, que no caso, como há terceirização da obra, a margem é apurada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária da Companhia e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. Esta receita de construção tem como contrapartida o intangível.

c) Bens reversíveis

Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito.

A Companhia apresenta no quadro abaixo a composição dos Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998:

Imobilizado da concessão	
Veículos	121
Equipamentos	227.903
Ferramentas	854
Móveis e utensílios	607.104
Almoxarifado	26.799
Equipamentos de processamento de dados	714
Equipamentos de telecomunicações	522
Imóveis	<u>5.229.910</u>
Total	<u>6.093.927</u>

Quadro não revisado pelos auditores independentes.

Os itens que estão relacionados na conta de Almoxarifado acima representam uma parcela dos bens de consumo transferidos pelo Poder Concedente à posse da Concessionária de acordo com os termos do Parágrafo 11º da Cláusula 1ª do Aditivo.

16. PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia, e, na opinião de seus consultores jurídicos realizou análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora e Consolidado	
	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Cíveis	7.658	6.752
Trabalhistas	5.686	4.576
Tributárias	183	1.168
Administrativas	<u>482</u>	<u>-</u>
	<u>14.009</u>	<u>12.496</u>

Movimentação das provisões

	<u>Saldo inicial 31/12/2013</u>	<u>Provisões efetuadas</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Reversões/ pagamentos</u>	<u>Saldo final 30/09/2014</u>
Cíveis	6.752	754	621	(469)	7.658
Trabalhistas	4.576	516	909	(315)	5.686
Tributárias	1.168	-	-	(985)	183
Administrativas	<u>-</u>	<u>813</u>	<u>-</u>	<u>(331)</u>	<u>482</u>
Total	<u>12.496</u>	<u>2.083</u>	<u>1.530</u>	<u>(2.100)</u>	<u>14.009</u>

a) Riscos cíveis

A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário. Em 30 de setembro de 2014, existiam 649 processos em andamento (578 processos em 31 de dezembro de 2013).

Em 30 de setembro de 2014, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 75.836 (R\$ 80.634 em 31 de dezembro de 2013).

b) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. Em 30 de setembro de 2014, existiam 508 processos em andamento (497 processos em 31 de dezembro de 2013).

Em 30 de setembro de 2014, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 13.260 (R\$ 17.596 em 31 de dezembro de 2013).

c) Riscos tributários

A Companhia efetuou provisão, no montante de R\$183, relativa ao Auto de Infração lavrado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (“INSS”), em 27 de junho de 2002, decorrente da revisão da Guia de Fundos e Informações Previdenciárias (“GFIP”) do período de 1º de janeiro a agosto de 1999.

A Companhia interpôs Ação Anulatória de Débito Fiscal contra o INSS, cujo objeto é a anulação de autuação por aquela autarquia em virtude de divergência de base de cálculo, na ordem de R\$1.644 (novembro de 2001), já tendo sido efetuado o depósito judicial para garantia do juízo. O processo aguarda início da perícia judicial.

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

a) Depósitos recursais

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia possuía R\$ 30.162 em depósitos recursais (R\$ 29.025 em 31 de dezembro de 2013). Este montante é atualizado monetariamente.

b) Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ, nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Desta forma a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens. O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 é de aproximadamente R\$ 34.858 (R\$ 41.058 em 31 de dezembro de 2013), sendo de natureza trabalhista e cível.

Em 30 de setembro de 2014, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$ 27.842 (R\$ 23.923 em 31 de dezembro de 2013).

c) Bloqueios judiciais

Em 30 de setembro de 2014, o montante referente a bloqueios judiciais é de R\$ 1.266 (R\$ 930 em 31 de dezembro de 2013).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social é de R\$1.344.160, dividido em 1.446.898.779 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, integralmente subscritas pela Invepar.

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora e Consolidado			
	01/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2013 a 30/09/2013
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	7	(11)	35	17
Juros s/ aplicações financeiras	14.852	9.454	27.265	9.829
Juros ativos	54	20	-	(26)
Operações de Hedge	692	692	-	-
Variação monetária ativa	3.329	615	4.499	1.749
Variações cambiais ativas	<u>10.641</u>	<u>5.250</u>	<u>27.643</u>	<u>15.849</u>
Total receitas financeiras	29.575	16.020	59.442	27.418
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(35.425)	(12.285)	(24.201)	(8.398)
Comissões e despesas bancárias	(1.988)	(792)	(1.094)	(460)
Juros passivos	(4.822)	(196)	(11.497)	(5.708)
Operações de Hedge	(1.673)	5.975	-	-
Variação monetária passiva	(14.809)	(8.215)	(6.794)	(2.081)
Juros sobre debêntures	(16.627)	(6.762)	(7.314)	(2.817)
Ajuste a valor presente	7	(21)	(504)	(122)
Variações cambiais passivas	(9.119)	(7.174)	(49.545)	(19.985)
Juros com partes relacionadas	(7.109)	(2.909)	(4.113)	(1.433)
Outros	<u>(748)</u>	<u>(306)</u>	<u>(595)</u>	<u>(166)</u>
Total despesas financeiras	<u>(92.313)</u>	<u>(32.685)</u>	<u>(105.657)</u>	<u>(41.170)</u>
Resultado financeiro líquidoTotal	<u>(62.738)</u>	<u>(16.665)</u>	<u>(46.215)</u>	<u>(13.752)</u>

19. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 30 de setembro de 2014, os principais seguros contratados são:

Descrição	Limite máximo de indenização	Vigência		
		Início	Fim	Seguradora
Risco operacional	250.000	01/08/2014	01/08/2015	Tokio Marine
Responsabilidade civil geral	75.000	01/08/2014	01/08/2015	Allianz
Transporte nacional	4.000	12/02/2014	12/02/2015	RSA
Transporte internacional	3.000*	13/02/2014	13/02/2015	RSA
Automóvel frota	Tabela Fipe	31/12/2013	31/12/2014	RSA

(*) Em milhares de Dólares - (Em reais R\$ 7.353)

20. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação vigente, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 2 de abril de 2008, foi aprovada a instituição do Plano de Participação em Lucros e Resultados (“PLR”). Dessa forma, no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2014, a Administração provisionou R\$ 5.802 de participação dos empregados nos lucros ou resultados, e R\$ 1.136 de participação/bonus dos administradores, correspondentes a 75% da PLR esperada para o exercício de 2014.

21. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

A Companhia prestou garantias, cujos montantes em 30 de setembro de 2014 eram de R\$ 30.486 (R\$ 26.389 em 31 de dezembro de 2013), para garantir: (i) a aquisição de energia elétrica junto à Duke Energy; (ii) os financiamento junto ao BNDES e CEF (iii) os processos judiciais gerais; e (iv) os processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária. Adicionalmente, a Companhia prestou garantias aos empréstimos obtidos. Mais detalhes sobre estas garantias estão descritos na nota explicativa 14.

22. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Além dos contratos de fornecimento vigentes, a Companhia possui compromisso relativo à contratação de energia elétrica com a Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S.A. pelo período entre 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui uma segunda obrigação, cujo contrato foi celebrado em 26 de janeiro de 2009, contratada referente ao fornecimento para o período entre 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2020. A segunda obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos:

- (i) Contratação, para o período entre 2011 e 2015, de montante de energia complementar estimado ser suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação de novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai; e
- (ii) Contratação do montante de energia estimado ser suficiente para atender ao consumo total do sistema metroviário a partir do vencimento da primeira obrigação em 31 de dezembro de 2015 até 31 de dezembro de 2020.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2014. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

	Consolidado 30/09/2014			Consolidado 31/12/2013		
<u>Instrumentos financeiros</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Total</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Total</u>
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	142.197	-	142.197	56.364	-	56.364
Aplicação financeira	78.322	-	78.322	72.295	-	72.295
Créditos a receber	-	11.304	11.304	-	13.775	13.775
Total do ativo	220.519	11.304	231.823	128.659	13.775	142.434
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	-	787.501	787.501	-	854.775	854.775
Debêntures	-	383.227	383.227	-	273.336	273.336
Obrigações com poderes concedentes	-	53.627	53.627	-	51.892	51.892
Total do passivo	-	1.224.355	1.224.355	-	1.180.003	1.180.003

b) Crítérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo do valor justo

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI, as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, conforme detalhado na nota explicativa 15, considerando-se que os carros foram adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, de acordo com as informações prestadas na notas explicativas 5 e 14, a Companhia possui aplicações financeiras e empréstimos no exterior, respectivamente.

f) Operação de derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 30 de setembro de 2014, a Companhia possuía operações com característica de *hedge*.

Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Valor justo diferencial a receber/ (pagar)	Curva diferencial a receber/ (pagar)
Swap	USD/CDI	Citibank	11/03/2016	85.000	90.546	90.761	(1.673)	(214)

No terceiro trimestre de 2014, a Companhia contratou operações para proteção cambial de passivo com Citibank, Banco Santander, HSBC Bank e Banco Votorantim. Abaixo o demonstrativo:

Instrumento	Instituição	30/09/2014		Valor Base	Preço de exercício em Reais	Ajuste em Reais
		Contratação	Liquidação			
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Citibank	19/08/2014	18/02/2015	EUR 1.100	3,1403	67
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Citibank	19/08/2014	15/12/2015	EUR 479	3,3983	35
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Citibank	19/08/2014	15/06/2015	EUR 1.050	3,2338	69
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Citibank	19/08/2014	15/09/2015	EUR 600	3,3142	43
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Citibank	19/08/2014	15/05/2015	EUR 1.340	3,2087	88
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	19/08/2014	17/11/2014	EUR 1.120	3,0706	63
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	19/08/2014	15/07/2015	EUR 479	3,2589	28
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	19/08/2014	17/08/2015	EUR 839	3,2878	51
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	19/08/2014	15/10/2014	EUR 2.332	3,0581	74
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Santander	19/08/2014	15/01/2015	EUR 300	3,1164	17
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Santander	19/08/2014	16/03/2015	EUR 240	3,1617	14
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Votorantim	19/08/2014	15/10/2014	EUR 962	3,0451	53
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Votorantim	19/08/2014	15/12/2014	EUR 1.558	3,0923	90

g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo o cenário considerado provável pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a CVM através da Instrução nº 475, de 17 de dezembro de 2008, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM.

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Caixa e equivalente de caixa	DI	15.110	11.332	10.226
Aplicações financeiras	DI	8.467	6.350	4.233
Empréstimos e financiamentos				
BNDES	TJLP	(19.032)	(23.790)	(28.548)
FINEP	TJLP	(534)	(668)	(802)
Notas promissórias	DI	(6.180)	(7.725)	(9.270)
	Taxa Câmbio			
Financiamento importação	R\$/US\$	(12.930)	(16.162)	(19.395)
Financiamento CEF	TR	(1.470)	(1.838)	(2.205)
Debênture LAMSA (CEF)	TR	(956)	(1.194)	(1.433)
Debênture HSBC	DI	(24.211)	(30.264)	(36.317)
	Taxa Câmbio			
CITIBANK	R\$/US\$	(221.324)	(276.655)	(331.986)
Referência para ativos e passivos financeiros				
TJLP (% ao ano)		5,00%	6,25%	7,50%
TR (% ao ano)		0,60%	0,75%	0,90%
DI Ativo (% ao ano)		10,81%	8,11%	5,41%
DI Passivo (% ao ano)		10,80%	13,51%	16,22%
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)		R\$2,45	R\$3,06	R\$3,68

h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013
Empréstimos e financiamentos	787.501	854.775
Debêntures	383.227	273.336
Caixa e equivalentes de caixa	(142.197)	(56.364)
Aplicações financeiras	<u>(78.322)</u>	<u>(72.295)</u>
Dívida líquida	950.209	999.452
Patrimônio líquido	<u>1.329.453</u>	<u>1.281.754</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>2.279.662</u>	<u>2.281.206</u>

i) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

24. RESULTADO POR AÇÃO

A Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	Controladora			
	01/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2013 a 30/09/2013	01/07/2013 a 30/09/2013
Resultado básico e diluído por ação				
Numerador				
Resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	47.699	27.565	17.741	8.189
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>1.446.899</u>	<u>1.446.899</u>	<u>1.446.899</u>	<u>1.446.899</u>
Resultado básico e diluído por mil ações	<u>0,03297</u>	<u>0,01905</u>	<u>0,01226</u>	<u>0,00566</u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a

data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações trimestrais.

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 30 de setembro de 2014 e em 30 de setembro de 2013, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

25. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas

	Controladora e Consolidado			
	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013
Receita com passagens	189.258	506.060	140.492	409.534
Receitas acessórias	7.320	22.378	6.398	18.977
Receita da construção	-	-	-	7.509
Impostos e contribuições sobre a receita	<u>(5.410)</u>	<u>(14.794)</u>	<u>(4.155)</u>	<u>(20.231)</u>
Receita de serviços líquidas	<u>191.168</u>	<u>513.644</u>	<u>142.735</u>	<u>415.789</u>

Custos e Despesas por natureza

	Controladora e Consolidado			
	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013
Pessoal e encargos	(46.208)	(131.575)	(45.989)	(127.343)
Conservação e manutenção	(13.392)	(37.777)	(10.614)	(30.726)
Comunicação, marketing e publicidade	(4.283)	(9.519)	895	(2.071)
Seguros e garantias	(913)	(2.204)	(873)	(2.690)
Serviços de terceiros	(3.342)	(9.206)	(1.386)	(7.093)
Veículos	(127)	(345)	120	-
Consultoria e assessoria	(4.584)	(13.197)	(4.719)	(8.901)
Aluguéis e impostos	(942)	(2.212)	(435)	(680)
Energia elétrica	(12.591)	(39.954)	(13.289)	(41.250)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa / provisão para riscos	(1.244)	(7.670)	(244)	(1.097)
Intercompany	(4.764)	(13.516)	(4.139)	(11.440)
Depreciação e amortização	(29.915)	(84.087)	(24.423)	(72.545)
Custo de construção	-	-	-	(6.994)
Outros	<u>(9.682)</u>	<u>(25.597)</u>	<u>(11.603)</u>	<u>(29.991)</u>
	<u>(131.987)</u>	<u>(376.859)</u>	<u>(116.699)</u>	<u>(342.821)</u>
Custo de serviços prestados	(107.337)	(289.450)	(87.266)	(255.178)
Despesas gerais e administrativas	(24.650)	(87.409)	(29.433)	(80.649)
Custo de construção	-	-	-	(6.994)
	<u>(131.987)</u>	<u>(376.859)</u>	<u>(116.699)</u>	<u>(342.821)</u>

26. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Consolidado	
	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores e partes relacionadas)	8.792	21.900
Encargos financeiros capitalizados no ativo intangível	10.430	23.694
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e mútuos no resultado e não pagos	<u>13.709</u>	<u>11.603</u>
Total de transações não caixa	<u>32.931</u>	<u>57.197</u>
